SP prevê recorde de R$ 44,7 bilhões no orçamento de investimentos para 2027

Estado também registrou 322,5 mil empregos formais entre janeiro e setembro de 2026.

FOTO: GOVERNO DE SP



Entre os destaques dos investimentos previstos para 2027 está o sistema de transporte sobre trilhos, com dotações que somam cerca de R$ 14 bilhões

Da **Redação**

A proposta orçamentária do Governo de São Paulo para 2027 prevê R$ 44,7 bilhões em investimentos, maior volume da história do Estado. O montante representa o dobro do registrado em 2023, primeiro ano da atual gestão, quando os aportes somaram R$ 21 bilhões, e mais de quatro vezes o valor de 2019, de R$ 10,4 bilhões.

Segundo a Secretaria da Fazenda e Planejamento, a ampliação dos recursos está relacionada à revisão de benefícios tributários e à reorganização das contas estaduais. Entre 2015 e 2018, a média anual de investimentos foi de R$ 12,9 bilhões. No período de 2019 a 2022, subiu para R$ 18,9 bilhões. Já entre 2023 e 2026, considerando os valores realizados até 2025 e a previsão orçamentária de 2026, a média chega a R$ 26 bilhões.

Os investimentos realizados passaram de R$ 21 bilhões em 2023 para R$ 24,4 bilhões em 2024 e R$ 27,7 bilhões em 2025. A Lei Orçamentária Anual de 2026 prevê R$ 30,9 bilhões, enquanto a proposta para 2027 projeta R$ 44,7 bilhões.

A revisão dos benefícios fiscais foi apontada pela Sefaz-SP como um dos fatores que abriram espaço para ampliar os investimentos. Em 2023, havia 266 benefícios em vigor. Após a reavaliação, 85 foram extintos, 17 tiveram ajustes para reduzir a renúncia tributária e 164 foram mantidos. A participação dos benefícios na receita total do ICMS deve cair de 33,47% em 2023 para 30,28% em 2027. Segundo a Secretaria, a redução de pouco mais de três pontos percentuais equivale a quase R$ 10 bilhões por ano.

O secretário da Fazenda e Planejamento, Rogério Campos, afirmou que a revisão tributária contribui para ampliar os recursos destinados a obras e projetos estruturantes.

São Paulo registrou a criação de 322.551 empregos com carteira assinada entre janeiro e setembro de 2026, segundo dados da Fundação Seade, com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho e Emprego. O resultado corresponde a 26% das vagas abertas no país no período.

Em setembro, foram criados 19.391 postos formais no Estado. No acumulado de 12 meses, o saldo chegou a 142.078 vagas. No Brasil, foram 1,24 milhão de empregos entre janeiro e setembro e 787 mil em 12 meses.

Entre janeiro e setembro, os serviços lideraram a geração de empregos em São Paulo, com 230 mil novos postos, seguidos pela indústria, com 47 mil; construção, com 34 mil; e agricultura, com 15 mil. Em setembro, o Estado também registrou o maior salário médio de admissão do país, de R$ 2.737,28, acima da média nacional de R$ 2.429,41.

No acumulado de 12 meses, a expansão do emprego concentrou-se nos serviços, com 150 mil novos postos, na construção, com 6 mil, e no comércio, com 2 mil. Na distribuição regional, a capital paulista registrou saldo de 51.892 vagas, seguida pelos demais municípios da Região Metropolitana, com 48.242. Campinas teve 16.051 postos, Santos, 7.512, e Sorocaba, 6.893. Em conjunto, essas áreas responderam por 92% das vagas criadas no Estado no período.

Em setembro, capital e municípios metropolitanos concentraram 12,7 mil novas vagas formais no Estado no mês analisado.

SP destina R$ 2,3 milhões para ordem de municípios

Da **Redação**

A Secretaria de Desenvolvimento Social de São Paulo vai repassar cerca de R$ 2,3 milhões do Fundo Estadual de Assistência Social a nove municípios para cofinanciar serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade. A medida foi aprovada pelo Conselho Estadual de Assistência Social e integra a reorganização dos recursos prevista na Resolução Seds nº 37.

A redistribuição considera a desistência de seis municípios da oferta de serviços regionais, que devolverão R$ 1,71 milhão ao Estado: Presidente Bernardes, Bofete, Porangaba, Torre de Pedra, Pederneiras e Ourinhos.

Com a atualização, os recursos serão destinados a diferentes modalidades de acolhimento, como Instituições de Longa Permanência para Idosos, Residências Inclusivas e serviços para mulheres em situação de violência. Os repasses contemplam municípios vinculados a cinco Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social.

FOTO: DIVULGAÇÃO/GOVERNO DE SÃO PAULO



A reorganização considera a desistência de seis municípios

Na região da Alta Sorocabana, Presidente Prudente receberá R$ 139,7 mil para complementar o cofinanciamento de ILPI regional. Botucatu contará com R$ 1,11 milhão para uma instituição municipal. Em Dois Córregos, na região de Bauru, serão destinados R$ 288,6 mil ao serviço de acolhimento para mulheres em situação de violência.

Na região de Avaré, Bernardino de Campos, Ipaussu e São Pedro do Turvo receberão R$ 42.059,25 cada, para o cofinanciamento de uma Residência Inclusiva regional. Já na região de Itapeva, Capão Bonito terá R$ 259 mil e Itararé, R$ 323.637, para Residências Inclusivas municipais.

Segundo a SEDS, os valores correspondem à estimativa de implantação e custeio dos serviços durante 12 meses. A reorganização distribui o cofinanciamento conforme a regionalização e a responsabilidade de cada município pela oferta dos atendimentos.